LEI N°. 1.073, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021.

(Projeto de Lei nº 053 de 30 de agosto de 2021, de Autoria do Executivo)

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PERMITIR O USO DE BEM IMÓVEL À UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/10/2021 aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º -** Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a permissão de uso compartilhado das dependências da Biblioteca Municipal, em favor de UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR.
- **Art. 2º** A permissão de uso de que trata o art. 1º desta lei se destina exclusivamente à implementação da unidade de ensino superior no Município de Gaúcha do Norte-MT, sendo vedada a destinação do imóvel para fins diversos.
 - Art. 3º Em contrapartida à permissão, a instituição:
- I Zelará pela preservação e guarda dos bens móveis, objeto desta lei, arcando com eventuais danos;
- II Em hipótese alguma poderá transacionar o bem, objeto desta lei, sob qualquer forma, inclusive no que tange a alienação, locação, empréstimo, etc;
- III Utilizará o bem exclusivamente para oferecimento de cursos de nível superior, sendo expressamente vedada a sua utilização para outros fins;
- IV Facilitará a inspeção do bem pela Prefeitura de Gaúcha do Norte-MT;

ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

CNPJ: 01.614.539/0001-01 E-mail: prefgnt@yahoo.com.br Avenida Brasil, N° 1200 S - Centro - CEP: 78.875-000 - Gaúcha do Norte - MT

- V Restituirá o bem quando da rescisão, cancelamento ou término da vigência da lei
- **Art. 4º -** A permissão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo determinado de 03 (três) anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- **Art. 5º -** Ao termo final de vigência, as construções e benfeitorias realizadas no imóvel passarão a integrar o patrimônio público, sem qualquer direito à indenização.
- Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito; Gaúcha do Norte-MT em 05 de outubro de 2021.

VONEY RODRIGUES GOULART
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

Pelo presente instrumento particular o Municíp	pio de Gaúcha do
Norte-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr	. Voney Rodrigues
Goulart, aqui denominado PERMITENTE e o	de outro lado
, pessoa jurídica, inscrita no	CNPJ sob nº
, representada	por
, RG n° _	
e CPF n°, residente e	domiciliado na
	município de
, de ora em diante denomin	nado simplesmente
PERMISSIONÁRIA, acordam celebrar o presente termo, me	ediante as seguintes
cláusulas e condições:	
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O presente termo ol	bjetiva a permissão
de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguin	te imóvel: "Escola
Municipal Bem-Me-Quer, situada neste município.	

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO</u>: O prazo de validade da presente permissão é de 03 (três) anos.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA – BENFEITORIAS</u>: Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da **PERMISSIONÁRIA**, que deverá, ainda, obedecer a legislação municipal.

<u>CLÁUSULA QUARTA – PROIBIÇÕES</u>: A <u>PERMISSIONÁRIA</u> é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente



permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do **PERMITENTE**.

<u>CLÁUSULA QUINTA – VALOR:</u> A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

<u>CLÁUSULA SEXTA – MULTA:</u> A **PERMISSIONÁRIA**, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE:</u> A <u>PERMISSIONÁRIA</u> será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A **PERMITENTE** será responsável pelo ônus de pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

A **PERMISSIONÁRIA** responsabiliza-se por:

- I Pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- II Preservar as características da edificação;
- III Manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV Danos causados a terceiros ou ao Município;
- V Proporcionar à comunidade, serviços de educação superior, em níveis de graduação e pós graduação.

<u>CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:</u> O **PERMITENTE** exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao **PERMITENTE**.

§ 1° - Á fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

§ 2° - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na rescisão imediata do contrato.

<u>CLÁUSULA NONA – DO IMÓVEL:</u> Ocorrendo a resolução do presente pacto, qualquer tipo de melhoria que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir a **PERMISSIONÁRIA** direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO:</u> O presente termo poderá ser rescindido:

I – Mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias pelo interessado;

II – A presente Permissão de Uso poderá ser revogada por iniciativa do Executivo a qualquer momento caso a **PERMISSIONÁRIA**:

a) ceda ou transfira, no todo ou em parte, este contrato, ou delegue a outrem a

incumbência de adquirir as obrigações consignadas, sem prévia e expressa autorização do **PERMITENTE**;

- b) venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução da permissão contratada;
- c) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto.
- d) eventualmente, se a **PERMISSIONÁRIA** deixar de existir.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS</u>: Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO</u>: As partes elegem o Foro da Comarca de Gaúcha do Norte-MT, ou a Comarca em que esta pertencer, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim certos e ajustados e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Termo de Permissão em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Gaúcha do Norte – MT em __ de _____ de 2.021.



ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

CNPJ: 01.614.539/0001-01 E-mail: prefgnt@yahoo.com.br
Avenida Brasil, N° 1200 S - Centro - CEP: 78.875-000 - Gaúcha do Norte - MT

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal PERMITENTE

-		
	PERMISSIONÁRIA	
TESTEMUNHAS:		